Trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil: as lutas em defesa da Reforma Agrária

LORENA RAQUEL DE ALENCAR SALES DE MORAIS*

Resumo: Os movimentos sociais populares organizados buscam mudança das condições existentes em uma realidade que possui limitações econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. A estrutura fundiária do Brasil, historicamente, foi construída com base na subordinação social, econômica e política dos camponeses. Neste contexto, o MST destacou-se como movimento diferente que articulou a reforma agrária a um conjunto de políticas socioeconômicas. É nesse prisma que o texto analisa, ainda que sucintamente, a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, com foco nas necessidades e na realidade dos povos do campo, sobretudo a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. Os procedimentos metodológicos foram levantamento bibliográfico e análise documental sobre a temática.Os resultados mostraram que, no Brasil, sempre existiu um movimento histórico com a questão agrária e movimentos sociais acerca dos conflitos fundiários, apontando o MST no processo de resistência e luta pela terra e educação.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; MST; Lutas sociais; Educação.

Historical trajectory of social movements in Brazil: struggles in defense of agricultural reform

Abstract: Organized popular social movements seek changing existing conditions into a reality that has economic limitations and/or socio-political and cultural oppression. The land structure of Brazil, historically, it was built on the basis of social subordination, economic and political of the peasants. In this context, the MST stood out like different movement who articulated the agrarian reform the social and economic policies. It is from this perspective that the text analyzes, briefly, the trajectory of social movements in Brazil, focused on the needs and reality of rural people, especially the acting of the Landless Rural Workers Movement – MST. The methodological procedures were bibliographic and documentary analysis of the theme. The results showed what, in Brazil, always existed an action historic with agrarian question and social movements about land conflicts, pointing the MST in the process of resistance and struggle for land and education.

Key words: Social Movements; MST; Social struggles; Education.

* **LORENA RAQUEL DE ALENCAR SALES DE MORAIS** é Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); professora efetiva da Universidade Estadual do Piauí -UESPI, campus cerrados do alto Parnaíba -Uruçuí.

Trajetória de luta dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil

Na história do Brasil, a luta pela liberdade se desdobrou na luta pela terra, pois os camponeses e camponesas "trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e foram expropriados, expulsos, tornando-se sem-terra". (FERNANDES, 2000, p.27) Neste cenário, lutas populares como o movimento indígena que, no período colonial, lutava (e ainda hoje o faz) para manter-se no seu território, na terra que desde o início habitavam e integravam como parte da sua construção sociocultural (como identidades, práticas de integração da cominidade, relação com a natureza, etc.) Outro movimento popular foi no tocante a liberdade dos negros escravizados, que além de lutarem contra a violência que eram submetidos, uniram-se para construir maneiras de resistência, fortalecendo os quilombos como refúgio para combater a ordem da exploração do trabalho escravo secular no Brasil.

Como efeito do processo de lutas surgiram as ligas camponesas que, perceberam as estratégias de dominação utilizada por parte das elites brasileiras e buscou ganharam mais espaços de participação em relação às condições de vida dos homens e das mulheres do campo.

Segundo a Ghedini (2012), historicamente no Brasil é possível inferir que as lutas e resistências dos movimentos sociais do campo foram marcados por duas questões, são elas: *o acesso à terra e o acesso às condições de trabalho na terra*. Assim, o acesso à terra e às dimensões ligadas ao trabalho na terra permitem a criação de uma identidade aos trabalhadores que se organizaram em lutas como Movimento dos Posseiros, Luta dos Foreiros, Movimento dos Sem-Terra, entre outros.

A subordinação social, econômica e política dos camponeses em relação aos proprietários de terra é resultado da parceria entre Estado e latifundiários, que construíram barreiras para dificultar o acesso, posse e uso da terra no Brasil. Desde o período colonial é possível detectar estratégias adotadas por parte da elite que representava a oligarquia rural, em parceria com Estado, dentre elas destacamos o *trabalho escravo* que se arrastou até o século XIX; e a *lógica das sesmarias* para divisão de terra em capitanias hereditárias*; a lei da terra de 1850*, em meados do século XIX, em que torna obrigatória a posse das terras através da compra – ou seja, quem não tivesse condições de comprá-las não as possuiriam, assim, deixando de fora grande parcela dos camponeses no acesso à terra.

A estratégia de articulação das elites resultou na redefinição das condições de existência dos camponeses, fortalecendo assim a lógica da mão de obra explorada, que mesmo deixando de ser escrava, não perdeu a condição de exploração, sem as condições necessárias ao trabalho e a subsistência no campo. Marginalizados nesse contexto, sem acesso e posse da terra, os camponeses se vêem obrigados a vender sua mão de obra barata e explorada. Para Marques (2003) com a necessidade de se garantir a oferta de mão de obra livre (porém explorada) foi promulgada a Lei de Terras, em que os camponeses ficaram impedidos formalmente de se estabelecerem na terra por meio da posse. Portanto, "Inaugura-se a forma de propriedade capitalista da terra, instituindo-se o conflito entre esta e a territorialidade camponesa." (MARQUES, 2003, p. 184).

A partir das condições camponesas visivelmente ameaçadas, se tem como subterfúgio duas opções: migrar para outras áreas ou resistir a essas condições através da luta. Essa dualidade e contradição na vida do camponês tonifica o conflito da luta pela terra como pauta para a organização dos movimentos sociais.

Entre as décadas de 1930 a 1960 houve a organização dos movimentos, (tais como Movimento dos Agricultores sem Terra – MASTER, Comissão pastoral da Terra -CPT, Movimento de Educação de Base –MEB, dentre outros) fortalecendo o cenário marcado por grandes lutas na busca de políticas públicas e de transformações sociais que visavam não apenas o acesso à terra, mas um novo conceito de reforma agrária como principal bandeira de luta, transcendendo o direito à moradia, e perpassando todas as condições necessárias para a qualidade de vida dos camponeses da época.

Neste período, surgiram alguns movimentos sociais importantes em meio a grandes tensões políticas e ideológicas influenciadas principalmente pelo cenário político internacional em disputas, seja pelos problemas gerados pela Primeira Guerra Mundial, seja pelos conflitos vivenciados entre dois blocos de países mundialmente divididos entre capitalistas e socialistas. Além disso, este foi um período marcado pela ascensão de forças conservadoras, representada principalmente pelo nazismo alemão e o fascismo italiano, que combatiam violentamente a diversidade cultural no mundo. As forças conservadorasdemonstraram ainda mais a necessidade e ascenso que a lutas, sobretudo no campo, estavam ganhando no combate às forças hegemônicas, tonificando ainda o caminho que levasse, no Brasil e no mundo, à reforma agrária e às políticas agrárias que garantissem as condições necessárias aos povos do campo e das cidades. (MEDEIROS, 1989)

Apesar do Brasil mater-se como Agro-exportador no sécuo XX houve um crescimento populacional desenfreado causado pelo processo de industrialização e urbanização, no início, encontra um obstáculo pois a agricultura não acompanhou o desenvolvimento que estava acontecendo nas zonas urbanas, já que a produção de alimentos era predominantemente voltada à exportação e somente os pequenos produtores abasteciam o mercado interno, o que ocasionou um *déficit.*

O desequilíbrio entre a agricultura e a indústria reforçou a estratégia de extensão das atividades agrícolas mais produtivas no país, pois a pequena produção de alimentos no campo já não satisfazia a demanda da sociedade, o que fortaleceu a ideia de grandes produções de alimentos associados a economia interna, industrialização, comércio e lucro. Constituiu-se, dessa forma, “certa unanimidade quer entre intelectuais, quer entre forças políticas sobre a necessidade de eliminar o ‘atraso’ que reinava no campo.” (MEDEIROS, 1989. p.17).

Assim, a articulação dos interesses da burguesia industrial, da oligarquia rural ao fenômeno do crescimento populacional, acelerou nas diversas partes do Brasil, trouxe consigo revoltas diante das precárias condições existenciais da classe trabalhadora, que passou a se organizar pleiteando direitos relacionados ao trabalho. Em meio aos conflitos que se expandiram em todo o país, surgem no campo movimentos que também passaram a questionar as condições de trabalho dos camponeses,

pois com o processo de industrialização iniciado no campo, motivou muitos desempregados a se questionarem sobre direitos sociais.

Paralelamente aos conflitos de terra e salariais que surgiam nos diversos pontos do país, surgiram em Pernambuco, as Ligas Camponesas. Neste cenário, a década de 1950 foi marcada por profundas transformações nas relações de trabalho, principalmente pelas lutas sociais que aconteciam no Nordeste brasileiro. Segundo Medeiros (1989), tais mudanças são caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras.

No Rio Grande do Sul, surgiu no final dos anos 1950, os acampamentos de trabalhadores sem-terra resultaram na constituição do MASTER, com a finalidade de institucionalizar ações de utilidade pública voltadas aos povos do campo, sobretudo ao que se refere ao acesso à terra no estado. Neste período, surgiu também o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) para auxiliar o processo institucional das lutas na criação de núcleos para a instalação dos sem-terra. (MEDEIROS, 1989).

Tais ações culminam com o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizado em setembro de 1953 em São Paulo e Recife, reunindo simultaneamente os estados do Centro-Sul, Norte e Nordeste. Outro acontecimento histórico marcante na construção dos movimentos sociais do campo foi a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, em 1954, na qual os organizadores militavam na defesa dos camponeses e na organização das associações e sindicatos em muitos estados do Brasil.

A legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais, na década de 1960, permitiu a tímida, porém relevante, participação dos movimentos sociais nas decisões políticas do país a partir da formalização do Partido Comunista Brasileiro –PCB. Outra força que surgiu com pautas de políticas agrárias, no Rio Grande do Sul, nos anos 1950, foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER. Este movimento tinha como principal reivindicação a terra para quem nela trabalha (MARQUES, 2004)

A reforma agrária passa a ser vista então como horizonte de luta dos camponeses, pois através dela se teriam o acesso à terra, passando assim a ressignificar socialmente e politicamente a luta camponesa no Brasil. A partir desse encontro foram elaboradas reivindicações gerais que buscavam unificar estrategicamente a diversidade dos movimentos que surgiam na época, criou-se um plano organizativo com elemento inovador que foi a criação de uma entidade a qual exercesse nacionalmente o papel de força combinatórias com direcionamento das lutas que foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil - ULTAB, que " [...]representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que brotavam aqui e ali." (MEDEIROS, 1989, p. 34)

O Movimento de Educação de Base (MEB), foi outro movimento importante que surgiu em 1961, com o foco na alfabetização voltada à conscientização e à organização dos trabalhadores. Contribuiu no fortalecimento das lutas sociais e na organização dos movimentos no campo, assim como contribuiu com a luta pela reforma agrária no país. O MEB surgiu através de escolas radiofônicas, que recebiam orientações da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, para apoiar o processo de formação política

dos trabalhadores por meio da sindicalização em diversos pontos do país. Orientado pela perspectiva do sindicalismo cristão, que se distanciou da concepção política, econômica e social das lutas de classe, mas defendeu os direitos dos trabalhadores e uma reforma agrária com base na propriedade familiar, embora tais ações estivessem imbuídas estrategicamente com objetivo principal em combater o comunismo. (MEDEIROS, 1989)

Outra conquista diante dos movimentos camponeses foi a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, resultado de muitos encontros e discussões a respeito da sindicalização no campo, em janeiro de 1964, assumindo os compromissos públicos com a luta pelo fortalecimento e unidade dos sindicatos. No entanto, dois meses depois da criação da CONTAG, veio o golpe militar, que resultou no fechamento dos sindicatos, na prisão e perseguição das lideranças políticas e no enfraquecimento das lutas trabalhistas e do sindicalismo rural. (MEDEIROS, 1989).

Após os avanços dos movimentos sociais do campo alcançado, a partir da década de 1950, com a legalização do sindicato, organização de acampamentos, propostas de reforma agrária por parte dos governos, a criação de órgãos institucionais responsáveis pela melhoria nas condições de vida no campo fortaleceu as ideias de transformar conflitos em espaços de decisões e força política, de modo que o golpe militar foi utilizado como subterfúgio de estagnar esse fortalecimento proveniente dos movimentos sociais e da classe trabalhadora.

O regime militar instituído a partir de 1964, caracterizado como um período obscuro, retrógrado e violento, se estendendo até meados dos anos 1985, trouxe mudanças e consequências danosas na construção da identidade camponesa e consequentemente da luta e do seu horizonte de esperanças por acesso à terra. Após a tomada de poder pelos militares ocasionouem estratégiaspara estagnar os movimentos sociais camponeses e as mudanças positivas na estrutura fundiária do Brasil, de modo que as decisões políticas e econômicas do país encontraram-se novamente nas mãos das elites brasileiras.

Foi um período de muita repressão aos movimentos, que até o início da década de 1960, vivenciou um grande desenvolvimento e ampliação das forças nas pautas de lutas, sobretudo do acesso à terra. As injúrias e pressões aos movimentos sociais na época buscavam fazer"[...] de forma pública e aberta que estas manifestações fossem diminuindo e mesmo desaparecendo juntamente com as entidades criadas pelos camponeses". (GHEDINI, 2007, p.51).

A forte penalização e controle dos movimentos sociais enfraqueceram suas ações, as imposições por parte dos militares resultaram na violência, na expulsão da terra e na expropriação do trabalho dos camponeses, pois " [...] proprietários podiam agir livre e impunemente, beneficiados também pela censura à imprensa". (GHEDINI, 2007, p.52).

Ao mesmo tempo em que a repressão no período da ditadura militar enfraquece as pautas das reivindicações para melhores condições de vida no campo por parte das mobilizações sociais, resultou também, no revigoramento dos movimentos sociais no decorrer da década de 1970, num contexto histórico vinculado às diversas lutas existentes no período, tais como greves operárias e as

lutas contra as ideologias conservadoras pregadas pelo militarismo da época. Portanto, o "movimento pela Reforma Agrária não é resultado apenas da vontade dos camponeses, mas associa-se ao ressurgimento das greves operárias e à luta contra o regime militar", ou seja, "está articulado a um processo mais amplo de luta pela democratização da sociedade" (GHEDINI, 2007, p.53)

Na contramão da repressão e extermínio dos espaços de luta surgem outros movimentos que buscavam, em meio ao regime autoritário e violento, criar alternativas de lutas pela reforma agrária no Brasil. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, passou a promover encontros das lideranças e dos vários grupos que influenciaram nas lutas pela Reforma Agrária, nas regiões e nos estados. Seu surgimento está relacionado aos efeitos da política de ocupação da Amazônia investida pelos governos militares e da repercussão da carta pastoral de D. Pedro Casaldáliga que explicita a participação da igreja em conflitos com o latifúndio, passando a dar apoio aos posseiros, indígenas, peões e outros marginalizados. Na época, o documento foi visto como denúncia da realidade, e a ação da Igreja na região foi cruelmente reprimida. (MEDEIROS, 1989)

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, foi uma entidade de apoio às lutas dos trabalhadores, caracterizando-se pelo trabalho de articulação e assessoria às lutas dos camponeses elaborando ações em um eixo de trabalho no apoio aos movimentos e organizações populares. Suas ações eram voltadas parao apoio nas formações dos camponeses na busca da organização popular perpassando por práticas sindicais concretas. Concomitante a isso, a CPT serviu como canal para denúncia da violência num período de intensa repressão, passando assim a adquirir relevância na formação da consciência nacional voltada aos problemas que revestiam o campo na época. (MEDEIROS, 1989).

A Luta pela Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O conjunto de ações e mobilizações que deram voz e vez aos movimentos sociais camponesespassou a fortalecer políticas efetivas para os homens e mulheres do campo, enfraquecendoassim as estratégias da elite rural (em parceria com os militares) para esmaecer a ascenção dos movimentos sociais populares. Tais ações resultando no Encontro Nacional de Agricultores, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, que se oficializou o surgimento do Movimento de Agricultores Sem Terra – MST, enaltecendo a identidade denominada então como "Sem Terra". (GHEDINI, 2007). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, foi sendo construído aos poucos, nas lutas, como um grupo organizado que buscava maiores transformações através da Reforma Agrária. Para Marques (2003, p. 190), "[...] A CPT tem um papel decisivo na gênese do MST, tanto por seu trabalho de conscientização junto aos camponeses, como por promover a articulação inicial das lutas empreendidas em diferentes pontos do país."

O MST se estrutura como organização em 1984 dando o primeiro passo no sentido de sua consolidação como movimento social autônomo. No entanto, foi a partir dos anos 1990 que atingiu uma efetiva dimensão nacional na articulação com outros movimentos, passando a ver na luta pelo acesso à terra a ponte para outros direitos fundamentais, como a educação. Na esperança de uma nova república, agora em processo de redemocratização com a

constituição de 1988, contraditoriamente acirram os conflitos entre os movimentos sociais do campo e os latifundiários e nesse antagonismo social ambos se fortalecem. (MARQUES, 2003).

No decorrer desse período, é possível identificar os motivos que tencionam os avanços da luta pela reforma agrária. Dentre eles destacamos o "acúmulo de desempregados disfarçados ou mão de obra excedente no âmbito da produção agrícola familiar e de trabalhadores sem-terra e sem função econômica nas vilas e pequenas cidades". (MARQUES, 2003, p. 192). Tais questões geram o aumento das tensões sociais no campo e o avanço da luta pela Reforma Agrária. O MST passou a preocupar-se com pautas que transcendessem o acesso à terra, pois percebeu que somente o acesso a ela não permitiriam as mudanças estruturais nas condições de vida dos camponeses. Com isto, o movimento passou a lutar também por educação, formação dos camponeses, saúde, equidade de gêneros, agroecologia, dentre outros temas relevantes para a construção de outro projeto de sociedade.

A partir de 1988, José Sarney tornou-se o primeiro presidente, após o processo de redemocratização do país, com indicações de uma possível mudança no tratamento, até então dado, à questão agrária. Neste processo de transformações políticas e sociais foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em que se organizava com 17 "grupos de ação" compostos por técnicos e a participação de um trabalhador rural ou pessoa diretamente ligada às suas organizações, com o propósito de auxiliar na elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, documento que foi anunciado no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, cujos pontos principais eram: prioridade à reforma agrária por parte do governo; potencializar o estatuto da terra (em sentido reformista); indenização das terras desapropriadas de acordo com o valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural; o programa básico do Plano era o de assentamento; em quinze anos, assentar cerca de sete milhões de trabalhadores rurais, dentre outros. (MEDEIROS, 1989).

Apesar de ancorado em uma lógica reformista, a elaboração desse plano trouxe de volta a esperança no camponês, no trabalhador rural, representando um rompimento com a política agrária dos governos que antecederam, sobretudo, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação, algo que fez renascer a crença dos trabalhadores e do movimento sindical rural no atendimento das velhas e repetidas reivindicações. No entanto, para decepção dos movimentos e dos camponeses esse plano permaneceu no papel, visto que as forças contrárias à reforma agrária ainda eram maiores. (MIRALHA, 2006).

A década de noventa foi marcada pela conquistade umgrande numéro assentamentos da Reforma Agrária no Brasil bem como da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, entretanto, esse período também mostra as contradições existentes entre as lutas e as políticas públicas a que submetem os povos do campo. Segundo Miralha (2006, p. 161), "[…] devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra [...]o governo federal, com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, começa a acelerar os processos de desapropriação de terras e a

intensificar a implantação de assentamentos rurais."Os assentamentos implantados no Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC evidenciam carências relacionadas às condições dadas aos assentados a respeito do crédito fundiário, a extensão rural, a educação, lazer e saúde.

Compreendendo a origem, atuação e luta do MST pela educação

A situação agrária do Brasil caracterizada pelo monopólio e pela extrema desigualdade social no campo permitiu o surgimento das lutas camponesas e a constituição de importantes movimentos de massa, dentre estes o MST. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como outros movimentos sociais, representa a resistência e a luta contra a intensa concentração fundiária e a exploração do trabalho, visando conquistar melhores condições de vida digna para os povos do campo, além de uma sociedade justa.

O MST torna-se grande protagonista nas lutas realizadas no processo de redemocratização da sociedade brasileira.. Além disso, considerando o fortalecimento do MST e sua inserção cada vez maior na população brasileira tem-se o aumento das pressões sociais, através de ocupações e marchas, abertura de novas mobilizações dentro dos movimentos evidenciam a necessidade de formação dos trabalhadores do campo.

Conforme foi destacado, após vinte anos de muita repressão – da ditadura civil-militar - o MST surge em parceria com outros movimentos para reforçar pautas de luta, sobretudo no campo, dando continuidade à luta pela Reforma Agrária, destacando a atuação do MST, que oficialmente teve seu início nos anos 1984, no Paraná, na região sul do Brasil. Dessa forma encontramos um movimento que "[…] combina luta institucional e luta direta e que, pela organicidade, reproduz a dinâmica que propõe para as relações sociais." (MEDEIROS, 2010, p. 67).

O Movimento Sem Terra realizou seu primeiro congresso, em Curitiba, valorizando sua amplitude e fortalecimento a nível nacional. Em tal congresso reuniram-se cerca de 1.500 (mil e quinhentos) delegados, os quais representavam 20 (vinte) estados. Segundo Medeiros (1989), apesar da maior representatividade não ter sido dos estados do Sul, o primeiro congresso do movimento patenteou o rápido crescimento das organizações dos Sem Terra. Nesse encontro que elabora blocos de resoluções, dentre elas destacamos: relacionados a demanda pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores; desapropriação de terras com área acima de 500 hectares; a distribuição imediata por parte dos estados e da União; expropriação das terras das multinacionais; extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis. E ainda, ocupações de terras ociosas públicas como caminho para a realização da reforma agrária, tonificando com o lema "Terra não se ganha, se conquista" (MEDEIROS, 1989)

A situação agrária do Brasil deve ser considerada ponto chave que elencar novas pautas ao MST e à luta social, dentre elas a formação dos agricultores e agricultoras para melhor compreender as reivindicações realizadas pelo movimento. Dessa forma, Miralha (2006, p.161-163) afirma que, "[...] não se tem realizado reforma agrária no Brasil, mas sim, uma política de distribuição de terras com pouca preocupação quanto ao futuro do assentado na terra."

Essa política de assentamentos rurais não favoreceu diante da necessidade estrutural de uma reforma agrária amplaaos povos camponeses, pois a desapropriação de latifúndios para a realização de assentamentos rurais por meio da compra de terras pelo Estado com pagamento da dívida agrária, com preços que só interessam aos grandes proprietários, "não é reforma agrária e sim um 'negócio agrário'.". (MIRALHA, 2006, p.163)

O MST começa a se preocupar com as condições básicas e necessárias a serem materializadas através de políticas públicas nos assentamentos da reforma agrária. Visando ampliar suas pautas de lutas, o movimento percebeu a importância do acesso à educação para os assentados na busca de conscientizá-los da necessidade de mudanças estruturais na sociedade, assim como do manejo na produção agrícola, como alternativas para seu trabalho. Passou então a buscar formação dos agricultores e agricultoras, e contribuir decisivamente na construção do movimento por uma educação do campo que ganhou respaldo e força também na década de 1990.

Com a preocupação do MST em relação a educação como pauta de luta do movimento, surgiram momentos que demonstram os primeiros passos dados para concretização dessa pauta a partir do olhar dado a escola dos assentamentos, que segundo Caldart (2012) são: 1) *A luta pela escola na luta pela terra* - nesse primeiro momento as famílias assentadas e acampadas começam a sentir a necessidade de uma escola para seus filhos, e exigem como pata de luta a existência da instituição escolar nos assentamentos; 2) *A inserção da escola em uma organização social* de massa, ter uma escola somente não atendia todas as necessidades dos assentados; e por fim 3) *a escola do MST e a formação dos sujeitos* de um projeto popular de educação e de país, a educação, a instituição escolas e o próprio movimento são vistos como conjunto de elementos pedagógicos na formação do sem-terra.

De maneira geral, os princípios da Educação do MST visam a uma formação contínua do sujeito envolvido no movimento social, buscando através da formação construir a consciência de classe que leve à transformação da sociedade e do modo de produção que a estrutura. Os princípios que norteiam as práticas educativas estão, dessa forma, articulados às concepções gerais relacionados às pessoas, à sociedade e aos aspectos que envolvem as questões filosóficas e pedagógicas da formação pensado pelo Movimento, assim como o fazer e pensar a educação para concretizar os aspectos "filosóficos-pedagógicos".

O modo de organização do MST, além de estar diretamente pautado na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, busca transformar a realidade e garantir direitos sociais. Assim, se organiza nacionalmente, com a participação no Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais, internacionalmente integradas a Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes. (MST, 2022).

As bandeiras de lutas do Movimento são pensadas em torno de um projeto social popular; são elas: a) *Reforma Agrária* popular, para garantir acesso, posse e uso da terra à todos os que trabalham nela; b) acesso à *cultura*, à Educação, ao conhecimento e, a valorização dos saberes populares, pois estas são condição fundamental para a formação

dos brasileiros como seres humanos plenos, com dignidade; c) o *desenvolvimento*, baseado em uma economia que estimule a produção de bens, possibilitando a eliminação da pobreza e da desigualdade social; d) *O sistema político* que, no Brasil se crie e se utilize de maneira permanente mecanismos de participação e decisão direta da população, nas diversas instâncias que envolve a decisão do poder político e social, trilhando uma verdadeira democracia popular participativa; e) *Soberania nacional e popular*, reivindicando políticas e práticas dos governantes que possam garantir a plena soberania povo brasileiro, sobre o território, riquezas naturais, minerais, biodiversidade, a água e as sementes. f) *combate à violência sexista*, combatendo as diversas formas de opressão de gênero, entendendo a organização das mulheres e LGBTs como essencial para a superação do modelo capitalista, racista e patriarcal; g) lutando pela *democratização da comunicação*, começando por acabar com o monopólio privado dos meios; h) defesa da *saúde pública* com ampliação e melhoria do Sistema Único de Saúde – SUS articulado com o Programa de Saúde da Família – PSF; i) *Diversidade étnica*, com a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. (MST, 2022)

Nesta perspectiva, o MST organiza suas ações a partir de três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. O Movimento é comparado às lutas existentes em vários países da Américalatina, em que "El Mst y el Movimiento Zapatista son fruto de ese contexto histórico de exclusión, caracterizado por asimetrías de un desarrollo económico y de un proyecto de modernidad sumamente excluyentes." (BARBOSA, 2015, p. 24).

A contestação social que simbolicamente o MST tem, está adquirindo força "cultural e simbólica", visto que suas ações se agarram nas questões que mexem com a própria estrutura social de um país historicamente caracterizado pela forte existência do latifúndio. As suas ações são consideradas justas pois não existem "[...] argumentos éticos contra a ideia de que a terra, bem natural e carregada de uma simbologia quase mágica, deve estar nas mãos de quem deseja trabalhar e a fará produtivamente, aplacando a fome de milhões de pessoas". (CALDART, 2012, p.22)

Existem, assim três grandes momentos da história do MST: *primeiro momento* representou a articulação e organização da luta pela terra visando a construção de um movimento de massa com características populares de caráter nacional; *segundo momento* está relacionado ao processo de constituição do MST como uma organização social interna do movimento de massas; e, por fim, o *terceiro momento*, consiste na inserção do movimento de massas e da organização social do MST, na luta por um projeto renovador de desenvolvimento para o Brasil. Cada um dos momentos possui suas singularidades históricas, entretanto elas culminam com os sem-terra como os cultivadores e os frutos da trajetória, construindo sua identidade em cada um desses momentos. (CALDART, 2012, p. 65).

Considerações finais

Os movimentos sociais constituem elementos que permeiam as lutas populares as quais se complementam e se articulam, possibilitando a aglutinação de forças, trocas de

experiências, acúmulo de aprendizagens. Resultando assim, na potencialização das lutas sociais .

A história do MST está imbricada com o processo histórico de resistência ~~do e~~ da luta pela terra no Brasil. Neste caso, o MST é um movimento que está comprometido com a luta por terra através da reforma agrária, buscando transcender ao acesso da terra, chegando a um conjunto de ações políticas socioeconômicas, lutas que vão além do campo, visando uma mudança estrutural na sociedade envolvendo os indivíduos, sejam eles do campo ou da cidade

A atuação do MST, a partir do processo de redemocratização do Estado brasileiro, teve preocupação de realizar movimentos de bases nos diversos espaços do país, ampliando suas lutas nos estados. Buscou dessa forma, através do setores de educação, organizar-se em diretórios estaduais para melhor participação nas lutas pelas necessidades locais de cada região e estado.

Tanto em âmbito nacional quanto estaduais, o MST tem mostrado grande resistência frente aos desafios postos pela sociedade capitalista, contribuído, sobretudo, com assentamentos e da educação pensada por este movimento. A formação na perspectiva do MST tem base em princípios associadosà luta pela terra e a implementação das políticas de reforma agrária popular no país, bem como a formação da militância tendo como base o trabalho sem exploração. Dessa forma, a Educação do Movimento busca estabelecer uma articulação entre trabalho, formação da identidade militante e a dialética.

Referências

BARBOSA, L. Pinheiro, autor. **Educación, resistencia y movimientos sociales** : la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas / LiaPinheiro Barbosa ; prólogo Lucio Oliver. – Primera edición, 2015. 466 páginas. – (Colección investigación doctoral)

CALDART, R. S. MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. v. 15, n.43, 2001. p. 207- 224.

GHEDINI, C. M. **A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais:** um estudo a partir da "I turma de pedagogia da terra da via Campesina/Brasil". Dissertação (Mestrado - Setor de Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007

GHEDIN, E. A despolitização operada e a contra hegemonia construída pela escola do campo. *In*: **Educação do Campo:** epistemologia e práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, M. Campesinato e luta pela terra no Brasil. *In*: BERTONCELLO, R.; CARLOS, A. F. **(org.).Processos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003. p.183-199.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. B. **Parcerias e dissenso na educação do campo:** marcas e desafios na luta do MST. 2010. 243 fls. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira:origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**. Presidente Prudente. ano 9, n. 8, p. 151-172,jan./jun., 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê MST escola:** Documentos e Estudos 1990-2001.Caderno de Educação n. 13. Veranópolis: Iterra, 2005

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST:** Quem Somos. 2022. Disponível em:<http://www.mst.org.br/>. Acesso em 23 jan de 2022.

Recebido em 2022-02-17
Publicado em 2022-09-15